

A INDÚSTRIA DE FEIRA DE SANTANA: Um estudo atual sobre o Centro Industrial do Subaé

Eixo Temático: GT “2” – Economia Internacional, Economia Brasileira, regional e baiana

Gesner Brehmer de Araújo Silva ¹;
Roberto Bispo dos Santos Neto²;

Resumo

O processo de industrialização da Bahia, iniciado a partir da segunda década do século XX passou por inúmeras fases e abordagens diferentes desde então. Dentre uma delas, destaca-se a chamada “interiorização da produção” na década de 1970, com a implantação de vários distritos industriais no interior do estado. A cidade de Feira de Santana (segunda maior cidade do estado) foi uma das contempladas com a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS). O objetivo deste artigo é de promover uma estudo sobre as atuais condições do CIS e suas influências na dinâmica industrial do município. Como resultados obtidos, captou-se que atualmente o CIS perpassa por inúmeros problemas do ponto de vista da infraestrutura e de concentração de investimentos, o que sinaliza um esgotamento deste modelo de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Feira de Santana. Desenvolvimento Regional. Indústria

1. Introdução

Ao longo de todo o processo de formação econômica do estado da Bahia, o setor industrial sempre esteve presente na geração de emprego e renda, conforme discutem Pessoti e Sampaio (2009), que demonstram que desde o século XIX, a Bahia (àquela altura, ainda uma província do Império), já possuía uma estrutura industrial básica pautada principalmente no ramo têxtil, embora a dominância econômica baiana ainda fosse o setor agroexportador, liderado principalmente pela economia cacaueteira.

Ao longo da primeira metade do século XX, o estado da Bahia apresentava um processo de estagnação econômica e perda de participação na geração de riqueza nas economias

brasileiras e nordestinas, o que levou tanto políticos quanto acadêmicos locais a debaterem as causas desse processo, denominado de “enigma baiano¹”.

A luz deste “enigma”, a discussão pautada em Guerra e Teixeira (2000) aponta que o governo da Bahia começa a partir da década de 1950, uma vigorosa política de fomento industrial via atuação estatal destacada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) com a oferta de terrenos infra estruturados e incentivos fiscais, das quais resultam obras históricas para a industrialização da Bahia, das quais merecem destaque a Refinaria Landulpho Alves, Centro Industrial de Aratu (CIA), Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Embora esses empreendimentos trouxessem profundas transformações na estrutura produtiva da Bahia (que perde a feição de economia agroexportadora e passa a ser uma economia industrial) ressaltadas por Uderman (2005) e Pessoti e Pessoti (2010), a lógica de uma economia concentrada majoritariamente na RMS permanece, o que leva ao governo baiano (influenciado pelas ideias da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE), a tentar especializar e “interiorizar” o desenvolvimento industrial da Bahia, dinamizando “municípios-chave” do estado, com o objetivo de integrá-los a matriz industrial do estado.

Na concretização deste objetivo, foram implementados, em sua concepção original, distritos industriais nos municípios de Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista e Juazeiro, cujas áreas eram admitidas como estratégicas, pelo Governo do Estado, seguindo a lógica da “descentralização concentrada”, pautada em empreendimentos industriais em locais escolhidos em função da possibilidade de efeitos de transbordamento para os municípios situados na circunvizinhança desses Distritos Industriais (Pesotti *et al.*, 2017).

Neste sentido, o CIS é implementado na década de 1970 e atua nas décadas seguintes como uma autarquia de fomento industrial não só dentro da economia feirense, mas de toda a região até 2018 quando, por intermédio da lei de nº 14.032 (BAHIA, 2018), sancionada em 12 de dezembro de 2018, o governador Rui Costa, extingue a Superintendência do Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), bem como o CIS. Com a extinção das referidas autarquias, a responsabilidade gerencial pelo fomento da atividade industrial, tanto de Feira de Santana quanto dos outros distritos da Bahia, foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em Salvador (SILVA, 2020).

Em face do exposto, o presente artigo tem por objetivo promover um estudo sobre as atuais condições do CIS e suas influências na dinâmica industrial do município. Como

¹ Ver Aguiar (1958)

procedimento metodológico, procedeu-se uma breve análise bibliográfica sobre a industrialização de Feira de Santana exposta na seção 2, e análise quantitativa de dados secundários sobre a atual condição do CIS apresentada na seção 3. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2. Uma breve revisão sobre a formação econômica de Feira de Santana

Conforme discute Santo (2003), a partir do século XVIII se inicia a fixação humana na região na qual hoje é conhecida a cidade de Feira de Santana através de uma fazenda denominada “Sant’Ana dos Olhos d’Água, de propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandôa, que logo se tornou um ponto de parada de descanso e hidratação para os boiadeiros e tropeiros das rotas de comércio de gado da Bahia.

Em virtude deste ponto de parada, logo algumas pessoas começaram a se fixar ao redor da região da fazenda, estabelecendo um pequeno comércio de gado e de comércio de pequenos produtos essenciais para a subsistência dos moradores e dos viajantes. Logo depois, em 1825, a pequena aglomeração já tinha se tornado o Arraial de Sant’Ana dos Olhos D’Água, na qual segundo Pedreira (1983), já se realizava uma grande feira de gado as terças feiras, com participação média de 3 a 4 mil pessoas. Assim, observa-se que bastou apenas um século para que Feira de Santana passasse de simples aldeia (pequeno povoado rural) para a localidade com a feira comercial mais importante da Bahia, que pautava toda a dinâmica econômica da região.

Segundo Silva (2020), a inserção da vila nos processos de articulação, desconcentração e interiorização produtiva começam após 1860, com a percepção por parte do governo da Província da Bahia do aumento dos fluxos comerciais e do crescimento da feira de gado, que as estradas que interligavam o interior do estado a capital Salvador encontravam-se em estado precário, fazendo com que o escoamento da produção ocorresse em vários dias de viagens em transportes ainda mais rudimentares como carros de bois e no lombo de animais. Nesta perspectiva, já em 1917, no governo de Antônio Sodré Aragão é traçado o primeiro plano de construção de estradas tendo o trecho Salvador-Feira de Santana (que já havia sido elevada a categoria de cidade em 1873), como o principal foco, sendo já em 1938, segundo Cruz (1999, p.177), o “município já experimentava o fortalecimento de sua posição como foco de irradiação e convergência de um sistema de rodovias, com recursos públicos da Bahia e da União”.

O município seria beneficiário, assim, da confluência de interesses que reforçavam sua posição estratégica, perante os fluxos de capitais com destino ao Nordeste e a Salvador, fortalecendo o comércio local e gerando investimentos em atividades diversificadas. Desde

cedo, os excedentes obtidos com a atividade comercial haviam proporcionado o surgimento de uma incipiente indústria beneficiadora do fumo e do preparo de carnes, couros e peles, cujo valor da produção era sobrepujado pela pecuária ou mesmo pela agricultura.

Desde 1860, aliás, registrava-se a presença de unidades de pequeno porte, baseadas em trabalhos manuais, com pouca utilização de vapor ou de máquinas. Em 1940, Feira de Santana já possuía 29 estabelecimentos, entre usinas de beneficiamento e fábricas de pequeno porte (CRUZ, 1999).

A indústria feirense da década de 1940 apresentava dois problemas principais ao seu desenvolvimento: o primeiro referente ao limitado tamanho do mercado consumidor local e regional, com baixo nível de renda ; e o segundo a concorrência dos produtos advindos de Salvador, o que obriga a indústria feirense a focar a sua produção para consumo interno e para os produtos agrícolas de baixo valor agregado e forte presença local(fumo, algodão e peles), que permitem a Feira de Santana um significativo crescimento industrial nas décadas de 1940 e 1950.

Durante os anos 1960, segundo Azevedo (1974) e Cruz (1999), Feira de Santana se torna um relevante centro de apoio de transportes e passageiros através da integração produtiva do capital mercantil e industrial advindo de Salvador. Somado a estes fatores, o papel do Estado no fomento à industrialização com a criação do Programa de Industrialização do Interior (PROINTER), desembocaram na criação do CIS em 1970, organizando a atividade industrial do município, até aquele momento disperso e desorganizado.

Esse centro industrial, a princípio de iniciativa local, se originou juntamente com a criação de uma Autarquia do Governo Estadual para gerenciá-la. Inicialmente o distrito caracterizava-se por ser voltado para a fabricação de bens finais e intermediários, apresentando um setor diversificado, sendo os ramos mais representativos: metalúrgico, alimentício, de bebidas, de madeira, de minerais não metálicos, químicos e de borracha. O CIS teve como principais atrativos para sua implantação os incentivos fiscais do Programa FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste), a isenção de impostos de renda e o excedente de mão de obra (FREITAS, 1996).

Durante o período da fundação do CIS até 1985, os ramos importantes da indústria em participação tanto na estrutura do valor industrial na região quanto na Bahia são a indústria de papel e papelão com a participação de 11,1% na estrutura do valor industrial e de 40,59% de participação na Bahia em 1985; borracha com 12,9% e 61,32%, respectivamente e perfumaria sabão e velas com 10,1% e 40,11, respectivamente segundo Cruz (1999).

Era de se esperar que o aumento do número de empresas no Centro Industrial do Subaé levasse a um processo de crescimento generalizado da produção industrial feirense. Porém, não é o que se observa ao consultar os dados disponíveis em Cruz (1999) no que diz respeito à evolução dos índices de produção industrial de atividades selecionadas no período 1987-1996. Embora o autor ressalte que esses números devem ser vistos com cuidado, uma vez que os dados do estudo decorrem de dados agregados de uma produção industrial como um todo e esses são fortemente influenciados pelas atividades industriais da RMS (Região Metropolitana de Salvador) que possui um outro tipo de estrutura industrial e de custos, muitas vezes diferentes das observadas no CIS(SILVA,2020).

Os ramos de maior importância no período 1987-1996 segundo Cruz (1999) são os de alimentos, bebidas, borracha, além do farmacêutico/veterinário, o que representa, em comparativo com o período 1970-1985, a perda da hegemonia da indústria de bens de consumo intermediários, para a ascensão da indústria de bens de consumo finais não duráveis.

A partir dos anos 2000 novos fatores podem ser considerados na análise da indústria feirense, dentre os quais, a saber: i) a acentuação da perda de participação da indústria brasileira na geração de riqueza; ii) a reestruturação produtiva (novas formas de organização industrial) que modificaram tanto as formas de produção industrial, quanto a lógica de localização das mesmas ; iii) o prosseguimento do cenário econômico e político da década anterior, ou seja, uma política econômica nacional voltada a redução da máquina pública, sobretudo através das privatizações e a proteção da moeda contra as desvalorizações cambiais, através de aumentos das taxas de juros no início da década para combater as crises econômicas iniciais da Rússia, México e Argentina.

Para Pessoti e Pessoti (2015), esse cenário foi crucial para promover modificações na economia baiana de maneira geral; primeiro pela limitação do crédito de longo prazo, que afeta diretamente os setores de atividade econômica e pela mudança de foco da política industrial de desenvolvimento por parte do governo do estado, com foco voltado a produção de veículos. Outro fator importante na primeira década dos anos 2000, que permite a análise de forma mais profunda do comportamento da indústria feirense, foi a criação da política dos territórios de identidade por parte do governo da Bahia em 2007, pelo então governador Jacques Wagner, como um instrumento de planejamento de políticas públicas de desenvolvimento territorial no Plano Plurianual Participativo (PPA-P) 2008-2011.

Em face do exposto, Feira de Santana é colocada no território de identidade denominado Portal do Sertão, conjuntamente aos municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera,

Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova. Conforme salienta Silva (2020), desde a criação do território Portal do Sertão, a indústria dos municípios próximos a Feira de Santana (principalmente Conceição do Jacuípe e São Gonçalo), vem ganhando importância tanto na Bahia, quando no território.

Ato contínuo, Feira de Santana continua a ser o centro industrial do território do Portal do Sertão e o mais importante do “interior” do estado. Porém agora, integrada à dinâmica industrial dos municípios à sua volta. Aliado a isso, já em 2018, o governo do estado extingue a autarquia gerencial do Centro Industrial do Subaé e retira a autonomia municipal da gerência da parcela mais significativa da indústria local. A discussão sobre as atuais condições do CIS e suas influências na dinâmica industrial do município é o tema da última seção deste artigo.

3. A atual condição do CIS e suas influências na dinâmica industrial feirense

O objetivo desta seção final do trabalho é discutir sobre as atuais condições do CIS e suas influências na dinâmica industrial do município. o Centro Industrial do Subaé, atualmente, é composto por três núcleos industriais localizados no município de Feira de Santana e em áreas circunvizinhas: Núcleo CIS Tomba, Núcleo BR-324 e Núcleo São Gonçalo. Segundo a FIEB (2019, p.02):

[...] atualmente, a área geográfica de atuação do CIS abarca diversos municípios na região de Feira de Santana, como Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Candéal, Coração de Maria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

Segundo Silva (2020), todos esses núcleos concentravam, ao final de 2018, 645 indústrias instaladas e 76 ainda em fase de implantação para os próximos anos. Em termos percentuais, a atual estrutura industrial do CIS está representada na Tabela 1.

Baseado nos dados da Tabela 1, é possível estabelecer correlações com as análises feitas por Cruz (1999) Mesmo após 20 anos, não houve uma mudança na estrutura produtiva no distrito, como a que houve nas décadas de 1940 e nos anos 1990. O CIS permanece como distrito voltado para a indústria de bens de consumo não-duráveis, sendo os setores mais relevantes os de alimentos e bebidas, com maior destaque na composição industrial para as indústrias Nestlé, Pepsico e da Ambev com 19% do total da composição distrital, sendo seguidos de perto pelos setores metalúrgico e químico.

Tabela 1- Composição Setorial por segmentos em 2018(em %) do CIS

Segmentos	(%)
Alimentos e bebidas	19
Metal /mecânico	16
Químico/farmacêutico	14
Construção civil	13
Outros	12
Embalagens e papeis	8
Serviços e comércio	8
Têxtil	6
Reciclagem	4
Total	100

Fonte: Elaboração dos autores com base de dados do CIS (2018)

A grande “atração” frente às décadas anteriores na estrutura do CIS é o crescimento e surgimento das indústrias de construção civil, que atingem a quarta colocação na composição setorial do distrito, com 12% do total das indústrias. Este crescimento do setor acontece devido a alta demanda de empreendimentos imobiliários destinados ao uso residencial, sobretudo dos programas do governo federal, a melhoria do cenário econômico na primeira década do século XXI pelo *boom* das commodities, e a expansão da classe média brasileira e da chamada classe C. no período, atrelada as melhorias das condições de financiamentos de imóveis novos e usados e a redução nas taxas de juros em virtude dos subsídios governamentais.

Ainda no tocante a à composição do CIS, os dados da Tabela 2 referentes as 10 empresas mais relevantes em termos de emprego no Distrito ao final do ano de 2019, observa-se que que elas empregam somadas um total de 6.876 funcionários entre os mais diversos tipos de setores. Em termos proporcionais, a Tabela 2 apresenta em percentual, a importância das dez maiores empresas do distrito industrial do Subaé para a geração de emprego e de renda.

Tabela 2- Dez maiores indústrias do Distrito Industrial do Subaé em termos empregatícios e percentuais

Empresa	Setor de Atividade	Nº de empregos	Empregados em relação às 50 maiores empresas (em %)
Pirelli Pneus LTDA	Fabricação de Pneus	1427	10,90
Viva Ambiental LTDA	Coleta de Resíduos não-perigosos	992	7,58
Borrachas Vipal S/A	Fabricação de artefatos de borracha	752	5,74
Nestlé Alimentos e Bebidas LTDA	Alimentício	688	5,26
Aceflex do Nordeste LTDA	Produtos Têxteis	611	4,67
Sustentare Saneamento S/A	Coleta de resíduos não-perigosos	600	4,58
Sipel Construções LTDA	Construção Civil	540	4,13
O.L Papéis LTDA	Fabricação de Papéis	504	3,85
Brasfrut LTDA	Suco de Frutas, legumes e hortaliças	412	3,15
H Marinho LTDA	Construção Civil	350	2,67

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados da FIEB (2019)

Baseado nos dados apresentados tanto na tabela 1 quanto na tabela 2, é possível analisar alguns traços sobre a estrutura do CIS. A primeira é que as maiores empresas do distrito, em termos empregatícios, acompanham a composição dos dados da Tabela 1: os ramos alimentícios, construção civil e químico indiretamente dominam a relação das empresas que mais empregam no distrito, sendo a multinacional Pirelli, localizada no núcleo BR-324, a líder empregatícia com 1427 funcionários e quase 11% dos empregos distritais.

A segunda reflexão e talvez a mais importante, se encontra nos dados da FIEB (2019), ao analisar todas as 50 maiores indústrias do distrito, e percebe-se que há sinais de que a sua

lógica obedece a uma das premissas da reestruturação produtiva: o sistema hierárquico. As grandes empresas têm em suas parceiras de distrito, indústrias que, ou fornecem produtos complementares aos produtos das indústrias principais ou fornecem matérias primas para a fabricação desses produtos. A lógica do CIS já não obedece apenas aos princípios da busca pelo melhor lugar para o escoamento da produção e que ofereça maior proximidade dos centros consumidores e minimização dos custos de transporte, e sim a um sistema hierárquico: as empresas dominantes possuem a vantagem e o poder de se localizarem nos melhores lugares primeiro, cabendo às empresas menores acompanharem a esse movimento e se estabelecerem em regiões ou cidades próximas a essas empresas, como atividade industrial complementar.

Continuamente, também há uma hierarquia entre o CIS e outros centros industriais localizados próximos à cidade de Feira de Santana como o CIA e, principalmente o COPEC. A dominância de indústrias como Pirelli, Geral Tec (Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos), Metaf Indústria (Estruturas Metálicas) e a VivaAmbiental indicam a aproximação de complementariedade e auxílio à produção do Polo Petroquímico de Camaçari.

No tocante aos instrumentos de incentivo à atividade industrial, em conformidade com os estudos de Silva(2020) e SEI(2019), os incentivos fiscais permanecem como sendo o mais relevante, dos quais merecem menção os programas DESENVOLVE (Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica), PROBAHIA (Programa de Desenvolvimento da Bahia) e o PROAUTO (Programa Especial de Incentivo ao Setor automotivo da Bahia), através da concessão e do diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS por até 35 anos na aquisição de bens destinados aos ativos fixos da empresa, de bens produzidos pelo estado, na aquisição de bens de outras unidades da Federação e nas operações referentes a compra de insumos dos setores agropecuários e de extrativo-mineral.

Fernandes Júnior (2005), Guerra e Teixeira (2000) e Silva (2020) e Suzigan e Furtado (2006) criticam fortemente este modelo de fomento industrial, ao indicarem os incentivos fiscais estão presentes na industrialização da Bahia desde o seu início, e que esta política cria “vantagens artificiais” em determinadas localidades que as indústrias se instalam, e elas só se sustentam com a manutenção dos incentivos das empresas no determinado local, em uma espécie de ciclo vicioso.

Os modelos de fomento industrial via incentivos fiscais não promovem nenhuma espécie ou estímulo a mudanças estruturais ou produtivas nas regiões/países que são instalados, e sim uma dependência estrutural e financeira em que o encerramento dos incentivos não acarretam em apenas com a fuga das empresas da localidade, mas também a sua falência.

Mormente sobre os efeitos dos incentivos fiscais, os autores destacam que para que sejam eficientes, passam pelo planejamento de sua vida útil com início, meio e fim e nessa dinâmica de atração industrial, os processos endógenos da cadeia produtiva na cadeia global acontecem tais como a integração produtiva com a cadeia local (GUERRA E TEIXEIRA, 2000). É prudente portanto, que haja tanto por parte do governo estadual quanto do municipal, execuções de políticas industriais integradas com os setores das localidades, caso contrário, as indústrias ficarão condenadas a permanecerem na atual condição.

Em relação as perspectivas futuras do CIS, segundo os estudos de Silva (2020), os principais temores estavam no fato da extinção da autarquia que gerenciava o CIS em 2018, e a perda de autonomia por parte do poder municipal no fomento e desenvolvimento industrial feirense. Entretanto, ao analisarmos os dados da Tabela 3 referentes a gestão da autarquia, apresentam que já desde antes da sua extinção, o órgão não se mostrava competente para atrair novos investimentos para a indústria local.

Tabela 3- Evolução das despesas previstas, arrecadadas e realizadas no período 2012-2017 da autarquia CIS

Ano	Despesa (R\$)		Realização (%)	Avaliação
	Autorizada (a)	Empenhada (b)	(b/a-1) *100	Código/Definição
2012	4.194.000,00	10.512.821,84	150,66	5- Altamente Deficiente
2013	11.120.000,00	4.238.594,84	-61,88	5- Altamente Deficiente
2014	11.339.284,00	4.349.087,24	-61,65	5- Altamente Deficiente
2015	7.425.436,00	4.399.738,96	-40,75	5- Altamente Deficiente
2016	8.888.406,00	5.145.240,41	-42,11	5- Altamente Deficiente
2017	6.793.234,00	3.417.312,26	-49,7	5- Altamente Deficiente

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados dos Balanços Governamentais da Bahia, CIS (2017).

A análise dos dados da Tabela 3 é bastante consistente ao identificar a incapacidade da autarquia gerenciadora do CIS no tocante ao planejamento e execução dos recursos para o fomento industrial do Centro Industrial. Os efeitos desta falta de capacidade rebatem na falta de diálogos com a classe empresarial local, a ausência de expansão industrial, através de novas áreas de instalação e a rápida resolução de eventuais problemas.

Porém, a total exclusão de um canal de interlocução entre o governo estadual e municipal para um setor tão importante da economia feirense como é a indústria, e principalmente o Centro Industrial do Subaé, não parece um caminho adequado para que a indústria local seja mais efetiva no desenvolvimento econômico e social no município. Ainda que ineficiente, a autarquia representava um rápido canal formal de comunicação do empresariado com a administração estadual e municipal, por estar localizado dentro da cidade. A transferência das responsabilidades do CIS para uma sucursal dentro da Secretaria de

Desenvolvimento Econômico Estadual dificulta e afasta geograficamente os diálogos dos diversos setores industriais com o governo, uma vez que não estará inserida na realidade local tornando difícil o pleito de novas indústrias, assim como a geração empregos, de melhorias de infraestrutura e de investimentos no polo industrial (SILVA, 2020).

Outros problemas do CIS também são mencionados pelas análises de Silva(2020) e SEI(2019) tais como: i) a má utilização dos terrenos disponíveis para instalação industrial às margens da BR-116; ii) a falta de coordenação e de planejamento governamental, tanto por parte do município quanto por parte dos Estado em se pensar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento industrial do CIS ; iii) os problemas de infraestrutura(expansão das vias urbanas) e de redesenha mento do transporte público para atender as demandas do centro industrial de modo a desafogar o fluxo de pessoas no centro da cidade e reduzir o tempo de espera nos pontos de transporte e o tempo de chegada ao destino.

Por fim, as atuais condições do CIS apontam para uma gama de problemas apresentados neste trabalho, e sua maior influência na dinâmica industrial feirense passa pela resolução destes problemas e da capacidade de planejamento e coordenação do poder local em pensar tanto em ações para a solução destes problemas que desaguem em novos vetores de desenvolvimento industrial que envolvam a criação de inovação e tecnologia.

Este trabalho tem a coragem de propor soluções que ajudem na resolução deste cenário tais como : i) a criação de uma Secretaria da Indústria, que reestabeleça o contato entre a classe industrial e o poder público e seja capaz de fomentar a atividade industrial feirense tanto na captação quanto na execução dos investimentos; ii) utilizar do poder da educação no município de Feira de Santana através das universidades e das escolas técnicas tanto para fornecer mão-de-obra qualificada para a indústria, quanto para produzir inovação e tecnologia que gerem aumento da produtividade industrial.

Ato contínuo, caberá tanto ao papel do Estado quanto ao setor privado, a “sintonia fina” para a formulação de um planejamento econômico crível que atue tanto no curto quanto no longo prazo de desenvolvimento industrial via educação, tecnologia e inovação que aproveite os potenciais vetores de desenvolvimento de Feira de Santana e região.

4. Considerações Finais

O referido trabalho teve por principal objetivo promover um estudo sobre as atuais condições do CIS e suas influências na dinâmica industrial do município. Foi apresentado ao longo do artigo todo o processo de industrialização do estado da Bahia, formalmente iniciado na década de 1960, concentrado sobretudo na Região Metropolitana de Salvador, o que motivou o governo do estado a tentar “interiorizar” a industrialização, motivo pelo qual foram criados os distritos industriais em diversos municípios da Bahia, dentre os quais Feira de Santana com o CIS.

Com a implantação do CIS em 1970, temos a primeira grande mudança produtiva do município na qual a produção industrial muda o foco produtivo antes baseado em atividades ligadas ao setor rural para a produção de bens de consumo intermediário complementares para a indústria da RMS.

Esta dinâmica permanece inalterada até ao final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando devido a condições conjunturais promoveu a segunda mudança produtiva na indústria feirense e passou a focar a produção em setores de bens de consumo não-duráveis.

No esteio dos anos 2000, a continuação da conjuntura econômica anterior trouxe a permanência do mesmo modelo de política de desenvolvimento regional industrial, o surgimento e consolidação dos processos de reestruturação produtiva do capital no Brasil e da desindustrialização, que trazem impactos significantes em toda a indústria nacional. Ao mesmo tempo na Bahia, através da criação dos territórios de identidade, percebe-se uma tentativa de desconcentração espacial e econômica que fortaleceram algumas cidades ao redor de Feira de Santana e levaram a criar o fenômeno da desconcentração concentrada, na qual pequenos grupos de cidades, espalhadas pelo estado, concentram a maior parte da atividade econômica, e as demais se encontram num grande vazio econômico.

Inferiu-se que os mesmos problemas de anos anteriores continuavam a se repetir, o que revela o esgotamento de um modelo industrial apoiado majoritariamente na concessão de subsídios fiscais que criavam em curto prazo, impactos positivos no encadeamento produtivo, mas com efeitos nocivos no longo prazo se fossem tratados como o único “remédio” da política industrial regional.

Detectou-se que outros problemas que afetam o presente do CIS, tais como o transporte público municipal que incorre em custos adicionais na estrutura produtiva feirense e na necessidade de políticas econômicas ligadas não apenas ao desenvolvimento industrial, mas que sejam muito mais complexas e integradas direta ou indiretamente à indústria. Ficaram destacadas medidas que podem oferecer melhores cenários futuros ao CIS, dentro da melhoria tais como a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Industrial feirense, o fortalecimento da conexão dos setores produtivos com o setor educacional universitário e técnico, além da criação de um novo órgão de fomento local.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia: uma tentativa de interpretação histórica**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BAHIA. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Relatório de gestão e prestação de contas – Autarquia – Exercício de 2018**. Feira de Santana, Centro Industrial do Subaé, 2018.

CIS. **Relatório de gestão e prestação de contas – Autarquia – Exercício de 2017**. Feira de Santana, Centro Industrial do Subaé, 2017.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 1999.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. Economia, em busca do ajuste. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, n. 14, v. 2, p. 1-9, 2005.

FIEB. **Guia Industrial do Estado da Bahia para 2019**. v. 1. Salvador, FIEB. 2019.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização: 1970–1996**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. Estratégias para o desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador. **Revista Bahia Século XXI**, Salvador, v. 1, p. 147– 204, 2000.

PEDREIRA, Pedro Torres. **Município de Feira de Santana: das origens às instalações**. Salvador: Gráfica e Editora LTDA, 1983.

PESSOTI, Gustavo Casseb. SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Transformações na dinâmica da economia baiana: políticas de industrialização e expansão das relações comerciais internacionais. **Revista Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 162, pp. 36-49, 2009.

PESSOTI, Gustavo Casseb. PESSOTI, Bruno Casseb. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978-2010. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 12, n. 22, pp. 28-48, 2010.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda. Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 15., 2015, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: SEI, 2015.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa; SOUTO, Roberto Lucas Spínola, SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. Do plano à realidade: uma análise do Programa de Implantação de Distritos Industriais no Interior do Estado da Bahia. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 17., 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: SEI, 2017.

SANTO, Sandra Medeiros. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n. 28, p. 9–20, 2003.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise Econômica dos Distritos Industriais da Bahia**. Salvador, 2017.

SILVA, Gesner Brehmer de Araújo. Distritos Industriais, Desconcentração econômica e espacial: Uma análise do Distrito Industrial do Subaé. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2020.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 26, n. 2 (102), p. 163–185, 2006.

UDERMAN, Simone. A indústria de transformação na Bahia: Características gerais e mudanças estruturais recentes. **Revista Desenhahia**, Salvador, n. 3, v. 2, pp. 07-34, 2005.

¹ Doutorando em Economia (Desenvolvimento Econômico) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Planejamento Territorial e Políticas Públicas e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: gesnerbrehmer@hotmail.com.

² Bacharel em Agronomia pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). E-mail: robertobsn1@gmail.com

